

O calmo capitão do mar revolto

Márcio Moreira Alves *

Antônio Carlos Magalhães dá a impressão de viver em OK Corral. Está sempre com o Colt na cintura, à espera de que o inimigo apareça do outro lado para o duelo de fim do filme. Zélia Cardoso de Mello também andava sempre de armadura. Era Joana d'Arc, disposta a imolar-se na guerra contra os irracionais, ou seja, os empresários, os sindicalistas, os civis, os militares, os eclesiásticos e o Egberto Bastista.

Marcílio Marques Moreira é completamente diferente. Mostra tanta disposição para criar conflitos quanto a que tem Dom Helder Câmara para entrar em brigas de bar. O negro é uma cor que não se filtra através das suas grossas lentes de miope. Não digo que as lentes só captem o rosa, mas têm uma tendência marcante para desdramatizar as coisas. Em consequência, não é muito disposto a decisões abruptas ou radicais, parecendo-se nisso mais com Franco Montoro do que com Fernando Collor. É ainda um homem contido, cuja emotividade se revela antes pelo sorriso e acolhida polida que pelos abraços, tapinhas nas costas e hábitos latinos de expressão corporal.

Na semana em que os analistas econômicos começam a profetizar uma subida rápida da inflação no rumo do descontrole até o fim do ano, Marcílio nega essas previsões. Arrepende-se de, pela primeira e última vez, ter dado um palpite sobre os índices de aumento de preços da Fipe, que calculou em 10,5%, na véspera da publicação de um resultado de 11,13%, mas acha que essa margem de erro, que se refere a apenas uma semana, será corrigida pelo resultado de um mês inteiro. As suas informações sobre as remarcações dos produtos chamados de "linha branca", fogões, geladeiras etc. colidem com as de algumas pesquisas. Em São Paulo, técnicos do centro de estudos de defesa do consumidor chegaram à conclusão de que os preços de 15 eletrodomésticos aumentaram 41,89% em 28 dias. Marcílio diz que a "linha branca" seria um exemplo da moderação dos aumentos: autorizados a acrescentar até 15% nos seus preços, comerciantes e industriais acabaram aumentando em apenas 4%, devido a falta de compradores. O ágio sobre a maioria dos modelos de automóveis também teria de-

saparecido, em virtude do aumento recorde de unidades produzidas.

O México, ao contrário do que acreditam ultraliberais desinformados, tem há três anos controles de preços e salários combinados entre empresários, sindicatos e governo. Marcílio não crê na viabilidade dessa solução no Brasil, por falta de interlocutores com credibilidade. Mas atribui alguns ganhos aos acordos obtidos nas câmaras setoriais sobre preços.

Os efeitos da entressafra de grãos e carne sobre os preços de alimentos seriam amortecidos por importações previstas com antecedência. O trigo, que substituiu o milho e a mandioca já faz tempo como base alimentar dos pobres, está sendo importado do Canadá e dos Estados Unidos com os subsídios e prazos que esses países concedem aos seus fazendeiros. Essas importações criam problemas com a Argentina e embaraçam o avanço do Mercosul, integração econômica que é a espinha dorsal da diplomacia brasileira. O chanceler argentino, *Guido Di Tella*, teria manifestado o seu desagrado. O ministro da Economia, Domingos Cavallo, no entanto, parece ter compreendido a prioridade conjuntural brasileira de combater a inflação, prioridade que é igualmente a dele.

Para o ministro, as taxas de juros não estão exageradas, de vez que são pré-fixadas. Diminui-las é a única receita que os economistas dos choques ainda não aplicaram, apesar da grita dos industriais. Parece que tampouco será desta vez. "A luta contra a inflação é uma guerra longa", diz Marcílio. "Não se vence em uma única batalha. É preciso ter paciência." É preciso também ter tempo, pensei. E tempo não costuma ser um recurso ao alcance dos ministros brasileiros da Economia.

No front externo, o Ministro está otimista, Pedro Malan, seu amigo fraterno e negociador oficial, tem esperanças de chegar a um acordo razoável com os bancos credores sobre o estoque da dívida. Inicia as negociações dia 21 de agosto, secundado pelo diretor da área externa do Banco Central, Arminio Fraga. Doutorado em Princeton, recrutado em um banco, Solomon Brothers, em Nova York, parece ser uma estrela em ascensão, pelos elogios que recebe. Enquanto isso, os excedentes comerciais se mantêm, boa arma de barganha, sinalizando não estar desequilibrada a relação entre o dólar e o cruzeiro. Um acordo razoável, espera o Governo, previria uma redução do estoque da dívida

entre os 35% obtidos pelo México e os 50% conseguidos pela Polônia.

Com o FMI não será assinada nenhuma carta de intenções que o Brasil não possa cumprir. A missão que recém terminou não gostou muito das contas públicas. Mas o Governo também não está satisfeito com elas.

O problema do déficit público não seria o seu tamanho, mas a possibilidade de financiá-lo a longo prazo. A Itália, por exemplo, tem um déficit de 10% do PIB. Esse problema deverá ter soluções propostas por uma comissão de especialistas, tendo como articulador o advogado José Luiz Bulhões Pedreira. A precariedade da maioria governamental no Congresso, com quem ficará a última palavra sobre a redução do número de impostos dos cerca de 80 de hoje para menos de 10, não parece preocupar. Marcílio acha que sempre há apoio parlamentar para propostas razoáveis do Governo e lembra que a nova lei da informática acabou sendo apoiada até pelo Adulmo Mercadante, do PT.

Os novos governadores têm mandatos que praticamente coincidem com o de Collor. Há, portanto, interesse na convivência. Quase todos já estiveram com Marcílio e demonstraram intenções de pôr em ordem as suas finanças. Serão acompanhados pelo Banco Central e apoiados na medida da seriedade dos seus esforços. O problema maior está em São Paulo, responsável por 30% das dívidas dos estados com a União. Mas responsável também por 40% da arrecadação federal. Luiz Antonio Fleury causou excelente impressão nos seus contatos com o ministro.

Há, ainda, a tremenda confusão das dívidas recíprocas: como ninguém paga a ninguém, os estados devem à União e a União deve aos estados. Só o Banespa tem a receber uns 680 milhões de dólares, mas empresas de eletricidade de São Paulo devem uma enormidade à Eletrobrás. É pensamento do ministro criar uma câmara de compensação para tentar consertar a bagunça. Já a política salarial, outro ponto crucial, fica para ser negociada no Congresso, como deve ser.

Ao nos despedirmos na sala de despatches do Ministério da Fazenda no Rio, onde há uma grande mesa à volta da qual Santiago Dantas reunia sua equipe, lembrei a Marcílio que não nos encontrávamos naquele lugar há 29 anos.

"Para você ver como a vida muda", filosofou. E nós também, pensei eu.